

Conselho Superior empossa corregedor-geral para biênio 2016-2018



O defensor público Ricardo Sales Cordeiro, foi empossado, nesta quinta-feira (28), no cargo de corregedor-geral da Defensoria Pública. Ricardo Sales, que já exercia a função no último biênio, foi reconduzido para o biênio 2016-2018.

Página 3

Plenário da ALMG recebe projeto de lei proposto pela Defensoria Pública

O Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais recebeu, no dia 26.04, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 51/16, proposto pela Defensoria Pública. A proposição tem por objetivo adequar a Lei Complementar 65/2003, que trata da Lei Orgânica Estadual da Defensoria Pública, ao novo ordenamento jurídico previsto por legislações federais.

Página 6



Planejamento estratégico é tema do segundo dia do II Encontro de Coordenadores Regionais e Locais

No dia 15.04, o pesquisador e professor da Fundação João Pinheiro, Marconi Martins de Laia, apresentou, para os defensores participantes do encontro, o planejamento estratégico e a metodologia de trabalho a ser adotada para a construção do plano de gestão da DPMG.

Página 7

Conselho Superior se reúne, pela primeira vez, fora da sede. Comarca de Juiz de Fora inaugura sessões itinerantes

A 4ª sessão ordinária de 2016, do Conselho Superior da Defensoria Pública inaugurou a primeira reunião itinerante do órgão. A sessão foi realizada no dia 18.04, na sede da Defensoria Pública em Juiz de Fora.

Página 9



Defensoria Pública e Seds assinam TCT para trabalhos na área de prevenção à criminalidade

O Termo de Cooperação Técnica tem como objetivo ações conjuntas de atendimento, pela Defensoria Itinerante, nas regiões contempladas pelas Unidades de Prevenção Social à Criminalidade.

Página 17

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Esta edição do Boletim traz matéria sobre a posse do corregedor-geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Empossado hoje, em recondução, Ricardo Sales Cordeiro tem realizado exemplar trabalho à frente do órgão correcional, tendo sido seu primeiro mandato marcado pela atuação preventiva e pela ênfase na orientação funcional e apoio aos colegas. Desejo ao nosso corregedor-geral uma caminhada profícua nesta jornada.

Fato inédito na Defensoria Pública, destaco a realização da 1ª sessão itinerante do Conselho Superior. A reunião, realizada no último dia 18, aconteceu na sede da Unidade em Juiz de Fora, com a participação de defensores públicos, atuantes nas regionais Mata I e Mata II.

Outro destaque importante foi o recebimento, no dia 26.04, pelo Plenário da ALMG, do PLC51/2016, primeiro projeto de lei de iniciativa da defensora geral, que trata da adequação da Lei Complementar 65/2003 ao novo ordenamento jurídico previsto por legislações federais.

Confira as informações sobre o segundo dia do encontro com coordenadores, que tratou especificamente do nosso planejamento estratégico. Como bem salientou o professor e pesquisador da Fundação João Pinheiro, “é preciso que o planejamento seja construído de maneira participativa, para que seja pavimentada uma trajetória exitosa para a Defensoria para os próximos anos”.

Fique por dentro também do regulamento do IV Concurso de Práticas Exitosas da DPMG que, neste ano, está dividido em duas categorias: “Trabalhos Jurídicos” e “Práticas Extrajudiciais”. As inscrições já

estão abertas e vão até o dia 06 de maio.

No campo da capacitação, destaco a palestra “Tutelas Provisórias e Saneamento do Processo”, que será ministrada pelo renomado professor doutor, Fredie Didier. As inscrições vão até o dia 29.

Ressalto ainda, o mutirão de alimentos promovido pela Defensoria Pública em Ibitaré e o mutirão de análise de indultos em Conselheiro Lafaiete. Importantes iniciativas que contribuem para a celeridade e solução das demandas da população. Outro destaque foi a liminar, concedida a pedido da Defensoria Pública em Santa Luzia, que determinou o registro duplo de maternidade de um casal de mulheres, que fizeram inseminação artificial.

Ainda nesta edição, confira a participação na 65ª solenidade de outorga da Medalha da Inconfidência e na inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) em Betim, as edições do Projeto “Sala de Espera”, e as presenças na mídia, que trouxe um balanço do atendimento da DPMG em Januária e a presença de defensores públicos na composição do Conselho da Comunidade, em Santos Dumont.

Por fim, com satisfação, convido a todos para participarem das atividades da V Semana da Defensoria Pública, que se inicia em 03/05, com a palestra do professor Fredie Didier. A programação continua, em 7/05, com o Dia da Cidadania, em Ponte Nova; no dia 12, será a outorga da Medalha do Mérito da DPMG; no dia 16, a Assembleia Legislativa fará uma homenagem aos 40 anos da nossa Instituição. O já tradicional Café com Assistidos será no dia 17 e, na sequência, será inaugurada a Linha do Tempo da DPMG. Em 18/05, haverá atendimento itinerante em Jaboticatubas. No Dia Nacional da Defensoria Pública (19/05), teremos apresentação da Orquestra Jovem do TJMG e atendimento itinerante, em parceria com a Adep-MG. No dia 20, será realizado o IV Concurso de Práticas Exitosas; no dia 22, haverá atendimento à população em situação de rua, integrando a Ação Cívica Social da PMMG; e, nos dias 24 e 31, teremos palestras do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”. Participe, a festa é de todos nós, defensores, servidores e assistidos!

Boa leitura!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral



Conselho Superior empossa Ricardo Sales Cordeiro para segundo mandato na Corregedoria-Geral



Corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, assina o termo de posse perante a defensora pública-geral e presidente do Conselho Superior, Christiane Neves Procópio Malard

Nesta quinta-feira (28/04), o defensor público, Ricardo Sales Cordeiro, foi reconduzido ao cargo de corregedor-geral da Defensoria Pública de Minas Gerais, para o biênio 2016-2018. A solenidade de posse foi realizada durante a primeira sessão extraordinária deste ano do Conselho Superior da Instituição.

Ricardo Sales Cordeiro assinou o termo de posse e exercício perante os membros do Conselho Superior – a presidente Christiane Malard, o subdefensor Wagner Geraldo Ramalho Lima, os defensores públicos, Fernando Campelo Martelleto, Marco Túlio Frutuoso Xavier, Fernando Orlan Pires Resende, Galeno Gomes Siqueira, Erika Almeida Gomes e o presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso.

Em seu discurso, o corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, fez um breve resumo histórico do órgão correcional, destacando o contínuo processo de evolução, crescimento e especialização interna. “Os corregedores-gerais que me antecederam sempre

estiveram atentos à necessidade de aparelhar o órgão e torná-lo eficiente e pronto para acolher as demandas típicas de suas atribuições de forma a, em última instância, dar suporte administrativo aos órgãos gestores da Instituição e amparo ao defensor público”.

O corregedor-geral ressaltou a missão institucional do órgão, de fiscalização e orientação da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores, e sua contribuição pela constante defesa e aprimoramento da Instituição. Ricardo Sales destacou as atribuições da Corregedoria e fez um breve balanço do seu primeiro mandato, que priorizou a “orientação da atividade funcional, com o objetivo de disponibilizar ao defensor público informações e práticas técnicas que propiciem uma atuação alinhada com a missão constitucional da Defensoria Pública, respeitando, sempre, o princípio da independência funcional”.

continua na página 4 >>



Continuação da página 3

Conselho Superior empossa Ricardo Sales Cordeiro para segundo mandato na Corregedoria-Geral

**Corregedor-geral,
Ricardo Sales Cordeiro e membros do
Conselho Superior
da Defensoria Pública
de Minas Gerais**



O Hino Nacional foi executado pelo subtenente da PMMG, Leonardo de Lima da Silva

Ricardo Sales acompanhado da coordenadora especial de Prevenção à Criminalidade, defensora pública Andréa Abritta Garzon e da defensora-geral, Christiane Mallard



Metas

Ao falar sobre a importância da disseminação de boas práticas e da aproximação da Casa Correcional com os defensores públicos, Ricardo Sales destacou a realização de dois encontros regionais promovidos com o apoio da Defensoria Pública-Geral e do Conselho Superior. Afirmou o propósito de dar continuidade aos encontros no mandato que se inicia. Anunciou também a elaboração do Novo Manual de Atuação do Defensor Público, “que será apresentado em breve à classe, como mais uma ferramenta de consulta”. Entre as metas estão, ainda, a elaboração do Regimento Interno da Corregedoria-Geral; propostas de alterações pontuais na Deliberação nº 05/2005, que trata da regulamentação do processo administrativo-disciplinar; modernização das rotinas internas do órgão; elaboração do Manual de Atuação das Comissões Processantes, visando à uniformização de procedimentos afetos às comissões e ao processo disciplinar; além da elaboração de norma interna que viabilize a implementação do termo de ajustamento de conduta, como medida alternativa à eventual instauração de sindicância ou procedimento administrativo disciplinar.

Ricardo Sales fez um agradecimento especial aos servidores e assessores da Corregedoria-Geral. “Faço o reconhecimento público de que, sem uma equipe com grande conhecimento técnico, coesa e apoiadora dos projetos deste gestor, não seria possível o resultado exitoso já alcançado e a implementação dos projetos ainda por vir”, concluiu.

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Mallard, iniciou sua fala parabenizando os demais defensores públicos que compuseram a lista tríplice para o cargo, Horácio Vanderlei Tostes e Marolinta Dutra, que “se colocaram à disposição da Casa da Cidadania, no propósito de uma instituição cada vez mais forte, séria e digna”. Christiane Mallard ressaltou seu reconhecimento pelo trabalho “eskorreito, inovador e próximo dos defensores públicos” realizado pelo corregedor-geral, Ricardo Sales, o que culminou em sua recondução ao cargo.

A DPG destacou alguns pontos da trajetória de Ricardo Sales na Instituição e ressaltou o dinamismo e qualificação de sua gestão e equipe, que “percorreu, entre correições e inspeções, o maior número de comarcas do Estado, considerando-se a história do

continua na página 5 >>

Continuação da página 4

Conselho Superior empossa Ricardo Sales Cordeiro para segundo mandato na Corregedoria-Geral

órgão”. Christiane Malard salientou a atuação “técnica e impessoal, com viés de orientação e prevenção, que traduz segurança aos defensores e servidores no exercício de seus trabalhos”, parabenizou o corregedor e equipe, desejando paz e serenidade nos novos desafios. “Somente com um trabalho sério, dedicado e em equipe, todos juntos - Administração Superior, defensores públicos e servidores - conduziremos nossa instituição aos avanços que se fazem necessários”.

Presenças

A solenidade foi realizada no auditório da Unidade I da DPMG e contou também com a presença de toda a equipe da Corregedoria-Geral; dos assessores da Defensoria-Geral; coordenadores; do chefe da assessoria Militar da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães; defensores públicos; servidores; familiares do empossado e das autoridades: defensor público-geral do Estado do Paraná, Sérgio Roberto Parigot; corregedor-geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Antônio Sérvulo Santos; corregedor da Polícia Militar de Minas Gerais, cel. PM Antônio Alves, representando o comandante-geral da PMMG, cel. Marco Antônio Badaró Bianchini; coordenadora especial de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social, defensora pública, Andréa Abritta

Garzon; presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, desembargador Maurício Soares; diretor tesoureiro adjunto, Adriano Cardoso, representando o presidente da OAB/MG, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves; secretário de Fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte, Alexandre Sales Cordeiro; diretor da área social da Subcontroladoria de Correição Administrativa da Controladoria-Geral do Estado, José Generoso Neto, representando o subcontrolador, Rafael Amorin; ouvidor de Polícia, Paulo Alkimim; presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Jurídicos da Associação Comercial e Empresarial de Minas, João Henrique Café Novais; assessor Rafael Paiva, representando a deputada estadual, Celise Laviola; assessor Lucas César, representando o deputado estadual, Cristiano Silveira; e o assessor legislativo, José Eustáquio Gonçalves, representando o deputado estadual, Felipe Attiê.

Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais foi criada pela lei complementar nº 65, de 2003 e instalada em 2004. Ricardo Sales Cordeiro é o quarto defensor público a ocupar o cargo de corregedor-geral, sendo antecedido por Beatriz Monroe de Souza (2004-2008), Marcelo Tadeu de Oliveira (2008-2010) e Eduardo Vieira Carneiro (2010-2014).



Membros do Conselho Superior da DPMG



Defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard



Corregedor, Ricardo Sales, acompanhado pelos assessores do órgão: Cirilo Augusto Fiúza Saldanha de Vargas, Marcelo Paes Ferreira da Silva, Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves e Francisco de Assis de Castro Calcagno e pelo defensor público Diego Soares Ramos



Defensores públicos, autoridades, familiares e amigos do corregedor-geral Ricardo Sales, prestigiaram a cerimônia de posse



Projeto propõe mais autonomia à Defensoria Pública do Estado

Recebido em Plenário, PLC 51/16 busca adequar lei complementar ao novo ordenamento jurídico federal.



Projeto de Lei Complementar da Defensoria Pública foi recebido em Reunião Ordinária
(Foto Guilherme Dardanha/ALMG)

O Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) recebeu, na Reunião Ordinária desta terça-feira (26/4/16), o Projeto de Lei Complementar (PLC) 51/16, da Defensoria Pública. A proposição tem por objetivo adequar a Lei Complementar 65, de 2003, que trata da Lei Orgânica Estadual da Defensoria Pública, ao novo ordenamento jurídico previsto por legislações federais.

Nesse sentido, o PLC reforma os artigos incompatíveis com as novas leis, incorporando os princípios e institutos decorrentes da ampliação da autonomia da Defensoria Pública e explicitando os instrumentos necessários à compatibilização com a nova ordem. O projeto dá nova redação a diversos artigos da lei reformada e inclui outros dispositivos relativos às sucessivas alterações constitucionais e na Lei Orgânica Nacional, a Lei Complementar Federal 80, de 1994.

De acordo com a Constituição Federal, a Defensoria Pública presta assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Já em 2004, a Emenda Constitucional 45 atribuiu às defensorias autonomia funcional e administrativa, a iniciativa de sua proposta orçamentária e o recebimento em duodécimos dos recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, similar ao que já ocorre nos três Poderes e no Ministério Público. Para isso, o PLC altera os artigos 2º e 4º da Lei Complementar 65.

Uma nova redação também é dada ao artigo 6º para adequar a estrutura orgânica às necessidades atuais do órgão, sem, contudo, gerar impacto orçamentário. O PLC também insere o artigo 3A de forma a explicitar os

objetivos da Defensoria Pública já constantes da lei federal. A proposição acrescenta ainda à lei quatro novos artigos que versam sobre autonomia do órgão, elaboração da proposta orçamentária, as receitas próprias e os serviços prestados. O artigo 4º do projeto inclui as Coordenadorias Regionais como órgãos de apoio e facilitação das atividades das defensorias públicas.

Órgãos auxiliares - No artigo 5º, o PLC 51/16 dispõe sobre os outros órgãos auxiliares: Ouvidoria Geral, Escola Superior de Defensoria Pública, Centro de Assistência Pericial e Multidisciplinar e Centro de Segurança Institucional.

Em 2009, a Lei Complementar Federal 132 introduziu avanços na Lei 80/94, com destaque para a indicação dos objetivos e ampliação das funções institucionais, a regulamentação da autonomia funcional, administrativa e orçamentária e a democratização e modernização da gestão da Defensoria Pública. A Emenda Constitucional 80, de 2014, estendeu à Defensoria Pública a competência para a iniciativa de projetos de lei sobre a alteração do número de cargos de defensores, a criação e extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares, a fixação do subsídio de seus membros, a criação ou extinção dos seus órgãos e a alteração de sua organização e divisão.

Essa emenda também acrescentou que o número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à população e à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública, estipulando que em oito anos a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.





Segundo dia do encontro com coordenadores é voltado para Planejamento Estratégico da DPMG

Em continuidade ao II Encontro de Coordenadores Regionais e Locais promovido pela Defensoria Pública-Geral, dia 15.04.2016, os trabalhos foram voltados para o planejamento estratégico da DPMG.

Ao abrir o encontro, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, aproveitou a presença dos coordenadores para apresentar os membros da assessoria Militar da DPMG. O assessor chefe, tenente coronel PM Westerson Guimarães Pinto, esclareceu sobre o trabalho que tem sido realizado pela assessoria e informou sobre a nova norma dos fóruns das comarcas do interior, que passaram a exigir autorização prévia para permanência nas dependências após 19 horas. O assessor chefe disse que está sendo elaborado um planejamento visando reforçar a segurança também nas unidades da Instituição no interior.

A reunião foi conduzida pelo pesquisador e professor da Fundação João Pinheiro, Marconi Martins de Laia, que salientou que a “ideia básica é que o pla-

nejamento seja construído de maneira participativa, para que seja pavimentada uma trajetória exitosa para a Defensoria para os próximos anos”.

O professor informou, em linhas gerais, o que foi pactuado entre a Defensoria Pública e a Fundação João Pinheiro sobre o planejamento estratégico e como será a metodologia de trabalho.

Marconi Martins de Laia explicou que, essencialmente, o planejamento estratégico irá construir uma visão de médio e longo prazo para as ações da Instituição, sem descuidar das ações de curto prazo, que são importantes e relevantes também. “Quando falamos em estratégia, queremos construir uma visão, uma identidade organizacional que mostre com clareza onde queremos chegar, do ponto de vista de objetivos bem definidos. Uma visão bem clara do que é possível ser feito e onde queremos chegar daqui a cinco, dez, quinze anos”.

continua na página 8 >>



Participaram do encontro, os coordenadores das regionais e os coordenadores locais das Defensorias que possuem seis ou mais órgãos de execução; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; os assessores da Defensoria-Geral; e o pesquisador e professor da Fundação João Pinheiro, Marconi Martins de Laia



Continuação da página 7

Segundo dia do encontro com coordenadores é voltado para Planejamento Estratégico da DPMG

Ao comentar que empenho não leva necessariamente ao desempenho, Marconi Martins enfatizou que “antes de construir resultados, é necessário construir a visão, para então, caminhar em direção ao resultado. Primeiro se constrói uma visão clara e a consolida em um marco normativo, em um marco gerencial, e depois direciona o seu orçamento para esse marco normativo e começa a nortear as ações a partir da visão”.

Sobre orçamento, o pesquisador afirmou: “queremos construir uma visão da Defensoria, independente de se ter ou não, condições orçamentárias. Primei-

ro definimos o que fazer e depois verificamos quanto temos de recursos e começamos a fazer um exercício muito saudável dentro de qualquer organização, que é o exercício da priorização”.

Após fornecer informações sobre o planejamento estratégico e sobre a metodologia de trabalho para o dia, cujo principal objetivo foi a coleta de dados da Defensoria Pública, notadamente das unidades do interior, Marconi Laia fez algumas proposições para serem respondidas pelos coordenadores, que foram divididos em grupos. No período da tarde, os coordenadores apresentaram os dados trabalhados e consolidados.



DPG Christiane Malard apresenta os assessores militares: cabo Costa, cabo Claudinei e o chefe da assessoria Militar, ten. cel. PM Westerson Guimarães Pinto



Professor da FJP, Marconi Martins de Laia: “papel de articulador de conteúdos em um processo que é uma construção coletiva”



Juiz de Fora inaugura sessões itinerantes do Conselho Superior da DPMG

A Defensoria Pública de Minas Gerais realizou, no dia 18.04.2016, a primeira reunião itinerante do Conselho Superior.

A 4ª sessão ordinária de 2016 foi realizada na sede da Defensoria Pública em Juiz de Fora, presidida pela defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; com a presença dos conselheiros natos: Wagner Geraldo Ramalho de Lima, subdefensor público-geral; e Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral; dos membros eleitos: Galeno Gomes Siqueira, Fernando Campelo Martelletto, Érica de Almeida Gomes, Fernando Orlan Pires de Resende e Marco Túlio Frutuoso Xavier; e do representante de classe, Eduardo Cyrino Generoso, presidente da Adep-MG.

A realização de reuniões em comarcas do interior do Estado está prevista na Deliberação nº 43 de 2013, e foi proposta pelo defensor público Sergio Riani, membro do Conselho Superior à época. (clique aqui para ler a Deliberação nº 43/2013)

Além das coordenadoras da Regional Mata I e local, Ana Lúcia Gouveia Leite Marcolino e Gilmara de Andrade dos Santos e dos defensores públicos em atuação na comarca de Juiz de Fora, a sessão contou, também com a presença da coordenadora da Regional Mata II, Eliane Maria Spindola de Oliveira, e de defensores das comarcas de Ubá, Matias Barbosa e São João Nepomuceno.

De acordo com a deliberação, devem ser realizadas, anualmente, duas sessões ordinárias em comarcas sede de regionais, sendo uma no primeiro e outra no segundo semestre, escolhidas por meio de sorteio. Juiz de Fora inaugurou as sessões itinerantes. Pela ordem sorteada, as próximas comarcas a sediarem a plenária são Governador Valadares (sede da Regional do Vale do Rio Doce) e Cataguases (Regional Mata II).

Ao abrir a sessão, a defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard, ressaltou a importância da comarca para a Instituição, não só pelo número expressivo de defensores que atuam, mas também pelos importantes projetos desenvolvidos, como o Além da Culpa. “Além disso, Juiz de Fora sempre possuiu representatividade no Conselho Superior, começou pela atual coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouveia Leite, depois com a coordenadora local, Gilmara Andrade, que tomou assento no órgão por dois mandatos e, por fim, a defensora pública Jeanne Barbosa, inicialmente como conselheira nata, ao ocupar o cargo de subdefensora pública-geral e, depois, como conselheira eleita”, lembrou Christiane Malard.

continua na página 10 >>



Reunião do CSDPMG, realizada, pela primeira vez, na Defensoria Pública em Juiz de Fora



Continuação da página 9

Juiz de Fora inaugura sessões itinerantes do Conselho Superior da DPMG

Preâmbulo da Deliberação nº 43/2013:

“Considerando que a maior parte dos Defensores Públicos encontra-se exercendo suas atribuições no interior do Estado; considerando a dificuldade que muitos Defensores Públicos enfrentam para se fazerem presentes nas sessões do Conselho Superior; considerando a necessidade de maior aproximação dos Defensores Públicos do interior das questões de fundo da Instituição; considerando que existem Defensores Públicos lotados no interior do Estado com preciosas ideias e importantes sugestões para contribuir com a Instituição; considerando ser incumbência do Conselho Superior zelar pela observância dos princípios institucionais e que a proximidade do Conselho Superior com os Defensores Públicos do interior homenageia o Princípio da Unidade.”

Em seguida, após ler o preâmbulo da deliberação, Christiane Malard parabenizou os conselheiros da atual composição que, por unanimidade, apoiaram o cumprimento da Deliberação nº 43/2016, e a iniciativa do defensor público Sergio Riani, em propor tal matéria.

A defensora-geral ressaltou que diante da importância de concretização da citada deliberação, reuniu esforços orçamentários para que o evento se tornasse possível, neste momento, “o que ocorreu em virtude dos progressivos aumentos nas verbas de custeio da Instituição, de R\$ 25.580.605, em 2014; para R\$ 41.436.083 em 2016”, completou.

A defensora-geral explicou, ainda, que o aumento progressivo nas rubricas de custeio permitiu, apesar das contingências político-orçamentárias, a viabilização da reestruturação das redes lógica e elétrica, na sede da Defensoria Pública em Juiz de Fora. “O processo de contratação da obra, necessária principalmente em função do Processo Judicial Eletrônico, começou no início de 2015, mas devido aos trâmites administrativos, teve a execução iniciada em abril e previsão de término em maio de 2016, com um custo total de R\$ 217,8 mil. Além das obras nas redes lógica e elétrica, foram entregues novos computadores, scanners e impressoras; feito novo layout para o setor de atendimento, contratação de um servidor para o setor de triagem e a contratação de mais estagiários”, completou.

Ao final, agradeceu a acolhida dos defensores da Regional Mata I e da comarca de Juiz de Fora, passando a palavra para a manifestação dos conselheiros.

“Cumprimento os defensores de Juiz de Fora, que vêm desenvolvendo uma atividade hercúlea, difícil, mas de forma brilhante. Cumprimento, em especial, ao defensor público Sergio Riani, pela iniciativa de criar o Conselho Itinerante. É muito importante, para o crescimento da Defensoria Pública, a integração entre defensores públicos e a Administração Superior principalmente, em um momento de crise política e econômica, pela qual nosso país atravessa”, disse o subdefensor-geral, Wagner Ramalho.

O corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, iniciou sua fala demonstrando a honra e alegria em reencontrar os colegas da regional em um momento especial. “O Conselho Itinerante é uma ideia exitosa, pois é a oportunidade para que os colegas do interior e a Administração Superior estejam em contato, troquem ideias e conheçam as experiências de cada um”.

“É uma honra participar deste momento, em que podemos ouvir as demandas do interior, principalmente, porque a maioria dos defensores públicos está lotada fora da Capital do Estado” – Galeno Siqueira, secretário do CSDPMG.

“Esta reunião é um marco na vida institucional da Defensoria Pública. Uma das funções mais importantes do Conselho Superior é zelar pelo princípio da Unidade, não só no âmbito estadual, mas também, nacional, para que a Instituição seja fortalecida em todas as esferas. Contribuições com ideias e sugestões são importantes, precisam surgir e serem materializadas. Faço homenagem, em especial, ao defensor público Sergio Riani, pelas ideias inovadoras e imprescindíveis e pelo esforço abnegado em prol da Instituição” – Fernando Campelo Martelleto.

“Fico muito feliz com a presença de colegas nas sessões do Conselho Superior porque, além de prestigiar o órgão, é uma forma de conscientizar os demais membros da classe sobre a importância da participação conjunta na construção de uma Defensoria Pública melhor. Esta não é uma atribuição só do Conselho Superior, mas de todos, pois só com um trabalho, realmente conjunto, poderemos avançar” – Érica de Almeida Gomes, agradecendo a presença dos defensores públicos das regionais Mata I e Mata II.

continua na página 11 >>

Continuação da página 10

Juiz de Fora inaugura sessões itinerantes do Conselho Superior da DPMG

“Muito produtiva a Administração Superior vir ao encontro dos defensores públicos nas comarcas. Como único membro do Conselho Superior, em atuação fora da Capital, conheço bem as dificuldades ocasionadas pela distância entre as comarcas e a sede administrativa. As unidades do interior precisam ser mais participativas e o Conselho itinerante tem, exatamente, esta função, ver e ouvir suas demandas, levando-as para a Administração Superior” – Fernando Orlan Pires de Resende.

“Estamos em um momento de democratização da Administração Superior. Porque este é o momento em que nos encontramos e dialogamos com os defensores que estão longe da sede. O diálogo é fundamental, tanto para o crescimento da Instituição, quanto para a valorização do defensor público. Espero que a prática torne-se praxe, pois é mais produtivo conhecer, in loco, a realidade de nossas comarcas” – Marco Túlio Frutuoso Xavier.

“Com alegria que estamos nesta sessão do Conselho Superior. Acho que a realização das reuniões itinerantes tem que ser vista como prioridade, porque é importante para estar perto dos colegas do interior, além da democratização do acesso à informação, ao questionamento e à presença da Administração Superior perto dos colegas” – Eduardo Cyrino Generoso, presidente da Adep-MG.

Em seguida, a coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouveia Leite, parabenizou o autor da iniciativa, Sergio Riani. “O Conselho Superior é o garanti-



Coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouveia Leite



Coordenadora local em Juiz de Fora, Gilmara Andrade dos Santos

dor da segurança jurídica de nossa Instituição, a quem peço, sempre, muita legalidade e muito respeito. Evidentemente, essa proximidade vem a contribuir cada vez mais para isso”.

A coordenadora local em Juiz de Fora, Gilmara Andrade dos Santos afirmou que a interiorização do Conselho Superior é uma forma eficaz de aproximar os defensores públicos da Administração Superior. “Muito feliz pela nossa comarca estar inaugurando as reuniões itinerantes. Mais importante para nós é trilharmos juntos, de mãos dadas. As divergências sempre existirão, mas não podemos nos afastar do objetivo central que é o crescimento de nossa Instituição”.

Emocionado, o defensor público Sergio Riani, disse que a data é histórica para a DPMG, pois pela primeira vez está sendo realizada uma sessão do Conselho Superior no interior do Estado.

continua na página 12 >>

Defensor público Sergio Riani, em atuação na Comarca de Ubá, autor da iniciativa da Deliberação nº 43/2016: “grande passo rumo à própria democratização interna”





Continuação da página 12

Juiz de Fora inaugura sessões itinerantes do Conselho Superior da DPMG

“A Defensoria Pública, que tem, como missão constitucional, a democratização do acesso à Justiça, dá um grande passo rumo à sua própria democratização interna. Esta é uma vitória institucional, pois integra o interior nas questões da Administração Superior. As comarcas do interior desejam ter voz, protagonismo e união, pois só assim, a Defensoria

Pública irá caminhar avante”, ressaltou Sérgio Riani.

Encerrando as falas, a coordenadora da Regional Mata II, Eliane Spindola, e o coordenador na comarca de Ubá, Maycol Lacerda, também elogiaram a realização do Conselho Itinerante, bem como, a iniciativa do defensor público Sergio Riani em propô-la quando foi membro eleito.

Coordenadora da Regional Mata II, Eliane Spindola, também elogiou a realização do Conselho Itinerante



Defensores públicos Sérgio Riani e Maycol Lacerda (coordenador na comarca de Ubá), ao lado da assessora de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria-Geral, Maria Valéria Valle da Silveira, entre outros defensores públicos em atuação nas comarcas de Juiz de Fora, Cataguases, Ubá, Matias Barbosa e São João Nepomuceno





AGENDA EM JUIZ DE FORA

Defensora-geral reúne-se com defensores da Regional Mata I

A defensora pública-geral, Christiane Neves Pro-cópio Malard, reuniu-se com os defensores públicos das comarcas de Juiz Fora, Matias Barbosa, Santos Dumont e São João Nepomuceno, integrantes da Regional Mata I.

O encontro aconteceu no dia 19 de abril, em Juiz de Fora. Christiane Malard esteve, também, em Barbacena, onde reuniu-se com os defensores públicos em atuação na comarca.

Participaram, ainda, os assessores: Institucional, João Paulo Torres Dias; e de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira.

Nestes encontros, a defensora-geral conversou sobre o Planejamento Estratégico e apresentou um panorama do atual momento econômico e político do Estado. Christiane Malard ressaltou que a estruturação da Defensoria Pública é um dos grandes desafios que a Instituição enfrenta atualmente. Explicou que a Defensoria-Geral está executando investimentos para a estruturação das comarcas, com a aquisição de equipamentos, estagiários e novas instalações, buscando condições adequadas de trabalho para os defensores públicos e servidores, e também da melhoria do atendimento para o assistido.

Reunião com os defensores públicos da regional Mata I, em Juiz de Fora



Defensora-geral, Christiane Malard, acompanhada pela assessora Maria Valéria Valle, em reunião com os defensores em atuação em Barbacena





AGENDA EM JUIZ DE FORA | VISITAS INSTITUCIONAIS

Visita ao prefeito – Em Juiz de Fora, a defensora-geral, reuniu-se com o prefeito municipal, Bruno Siqueira. A defensora-geral estava acompanhada da coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouveia Leite Marcolino; da coordenadora local, Gilmar Andrade dos Santos; da assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira; do defensor público, Ruben Resende Soares de Oliveira; e do assessor Militar, ten. cel. Westerson Pinto.

No encontro, Christiane Malard falou sobre a atua-

ção da Defensoria Pública na comarca; os avanços obtidos pela Instituição, muitos deles conseguidos por meio de parceiras com instituições e municípios. Discutiu-se, ainda, sobre a possibilidade de doação, por parte da Prefeitura de Juiz de Fora, de um terreno para a construção de sede própria.

O prefeito Bruno Siqueira disse que é preciso aprofundar no diálogo, para estudar a construção de uma solução conjunta que atenda às necessidades da Defensoria Pública.



Reunião entre os defensores públicos e o prefeito de Juiz de Fora, Bruno Siqueira



(horário) Defensora-geral, Christiane Malard, juiz Paulo Tristão Machado Júnior, João Paulo Torres Dias, Criscel Barros Costa e Oliveira, juiz Raul Fernando de Oliveira Rodrigues e Maria Valéria Valle da Silveira

Visita diretor do Foro – Ainda em Juiz de Fora, a defensora-geral, Christiane Malard, visitou o diretor do Foro, juiz Paulo Tristão Machado Júnior, titular da Vara do Tribunal do Júri, acompanhada da coordenadora local, Gilmar Andrade dos Santos; dos assessores João Paulo Torres Dias e Maria Valéria Valle da Silveira, e dos defensores públicos Luiz Antônio Barroso Rodrigues e Criscel Barros Costa e Oliveira, ambos em atuação no Tribunal do Júri de Juiz de Fora. Presente, ainda, o juiz da comarca de Guarani, Raul Fernando de Oliveira Rodrigues.

Na pauta, o grande número de júris realizados com a participação da Defensoria Pública e as audiências de custódia, a serem realizadas a partir de maio de 2016.

Assessores da Defensoria-Geral, João Paulo Torres Dias e Maria Valéria Valle da Silveira; promotor de Justiça da Vara do Tribunal do Júri, Oscar dos Santos de Abreu, defensora-geral, Christiane Malard; defensora pública, Criscel Barros Costa e Oliveira coordenadora local, Gilmar Andrade dos Santos; juiz Paulo Tristão Machado Júnior e o defensor público Luiz Antônio Barroso Rodrigues



Defensora-geral prestigia outorga da Medalha da Inconfidência

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na 65ª solenidade de outorga da Medalha da Inconfidência, em Ouro Preto, no dia 21.04.2016, data em que se recorda a morte de Tiradentes. Cerca de três mil pessoas participaram da cerimônia.

A comenda, maior honraria concedida pelo Estado de Minas Gerais, presta homenagem àqueles que contribuíram para o desenvolvimento do Estado e do país e foi entregue pelo governador Fernando Pimentel e pelo vice-governador Antônio Andrade. Nesta edição, foram agraciadas 148

personalidades e entidades, entre eles, o senador e ex-presidente do Uruguai, José Pepe Mujica, quem recebeu o Grande Colar.

Medalha

Criada em 1952, pelo governador Juscelino Kubitschek, a Medalha da Inconfidência possui quatro designações: Grande Colar, Grande Medalha, Medalha de Honra e Medalha da Inconfidência.

Em 2014, Christiane Neves Procópio Malard, que então exercia o cargo de chefe de gabinete, foi agraciada com a Medalha da Inconfidência.

continua na página 16 >>



Defensora-geral, Christiane Malard (3ª posição, à direita), compõe o dispositivo de autoridades



Christiane Malard e o secretário de Estado de Defesa Social, Antônio Armando dos Anjos



DPG acompanhada pela deputada federal, Jô Moraes, uma das personalidades agraciadas

Continuação da página 15

Defensora-geral prestigia outorga da Medalha da Inconfidência



Comandante-geral da PMMG, cel. Marco Antônio Badaró Bianchini; DPG Christiane Malard; presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Sebastião Helvécio; e o chefe da assessoria Militar da DPMG, ten. cel. PM Weterson Guimarães Pinto

Defensora-geral recebe visita do defensor público-geral do Paraná

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu nesta quinta-feira, dia 28, a visita do defensor público-geral do Paraná, Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza, ocasião em que foram tratados assuntos institucionais. Sérgio Roberto Rodrigues participou da solenidade de posse

do defensor público, Ricardo Sales Cordeiro, no cargo de corregedor-geral da Defensoria Pública de Minas Gerais, para o biênio 2016-2018. A cerimônia foi realizada durante a primeira sessão extraordinária de 2016 do Conselho Superior da Instituição.



Da esquerda para a direita: o corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, o defensor público-geral do Paraná, Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e o conselheiro Fernando Orlan Pires Resende, em atuação em Uberlândia.



Defensoria Pública firma Termo de Cooperação Técnica com a Defesa Social



A assinatura aconteceu na Cidade Administrativa, na quinta-feira, 27. Presentes, também, a coordenadora especial de Prevenção à Criminalidade, defensora pública Andréa Abritta Garzon, o assessor Institucional da Defensoria-Geral, João Paulo Torres Dias; a diretora de implantação e Gestão de Centros de Prevenção à Criminalidade, Andreza Rafaela Gomes; e o chefe de Gabinete da Seds, Leonardo Della Riva

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard e o secretário de Estado de Defesa Social, Antônio Armando dos Anjos assinaram Termo de Cooperação Técnica para desenvolver ações conjuntas de atendimento, pela Defensoria Itinerante, nas regiões contempladas pelas Unidades de Prevenção Social à Criminalidade, assim como parcerias junto ao Programa Fica Vivo e o encaminhamento dos casos prioritários atendidos pelos programas da Política de Prevenção à Criminalidade à Defensoria Pública.

De acordo com o TCT, a Defensoria Pública e a Seds, por meio da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC), deverão, também, desenvolver o projeto “Cidadania em Debate” para a discussão de temas ligados ao exercício da cidadania, voltado tanto para o público dos programas de prevenção à criminalidade,

quanto para o público atendido pela Defensoria Pública.

De acordo com a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, a intenção é realizar ações pontuais e conjuntas, que contribuam de forma preventiva à criminalidade. “As questões de segurança pública perpassam, principalmente, pela prevenção. Por isso é muito importante trabalhar a educação em direitos e os deveres do cidadão diretamente com o público jovem”, completou.

Segundo a coordenadora da CPEC, defensora pública Andréa Abritta, trabalhos similares já acontecem em algumas regiões do Estado, com a parceria informal entre os defensores públicos e as unidades de prevenção à criminalidade. “Com a formalização da proposta, podemos fortalecer, ainda mais, os vínculos entre as instituições”.

No dia 26/04/2016 foi realizada reunião com os Defensores da área de família e sucessões da Capital que contou com a presença da Defensora Pública-Geral, Dra. Christiane Neves Procópio Malard, dos Assessores da Defensoria Pública Geral, Roberta de Mesquita Ribeiro, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Diana de Lima Prata Camargos, do Coordenador Regional de Família e Sucessões da Capital, Marcelo Carneiro Vieira, do Assessor Militar, Tenente Coronel Westerson, da Superintendente de Planejamento Gestão e Finanças, Vânia Maria Souza Melo Pinto da Cunha e do Diretor de Logística

Emerson Delgado. A reunião teve como pauta as medidas de segurança em implementação, melhorias da unidade II e projeto de otimização do atendimento da área de família da Capital.

Ao abrir a reunião, a Defensora-Geral pontuou que a questão da segurança é uma prioridade desta gestão, tendo sido montada comissão permanente para discutir e implementar ações de segurança na Instituição. Acrescentou, ainda, que dada a relevância do tema, dentre os artigos do PLC51/2016,

continua na página 18 >>



que visa a alteração pontual da LC65/2003, consta a inclusão do Centro de Segurança Institucional como órgão auxiliar da DPMG.

O Tenente Coronel Westerson deu orientações sobre medidas de segurança e declarou que estas somente serão eficazes se houver uma conscientização da importância da cultura de segurança por parte dos Defensores, servidores e estagiários. Foi informado aos Defensores que o Plano de Segurança da Defensoria e o controle de acesso aos prédios da Capital está em construção e já conta com a aquisição e instalação de equipamentos de segurança, como catracas com controle biométrico e por leitura de crachás de identificação, e com a aquisição de mais câmeras de videomonitoramento. O projeto continuará com a implementação do maior controle de acesso de pessoas às duas unidades, capacitação de servidores envolvidos e campanha de conscientização de segurança.

A Assessora de Planejamento e Infraestrutura esclareceu também que foi contratado mais um porteiro para unidade II da Capital, permitindo que um porteiro permaneça o dia inteiro na saída da garagem da rua Bernardo Guimarães e, ainda, que estão

sendo realizados orçamentos para contratação dos portões eletrônicos da unidade II e análise da viabilidade financeira para colocação de detector de metais nas duas unidades.

A importância da otimização e melhoria dos fluxos do atendimento de família foi discutida, oportunidade em que restou esclarecida que está em estudo a implementação de um setor de apoio ao Defensor, no qual os atendimentos de retorno e orientações processuais serão prestados por estagiários/servidores mediante a Coordenação dos Defensores da área de família em rodízio, a exemplo de iniciativa conhecida pela Defensoria Pública-Geral e sua equipe em visita à Defensoria de São Paulo.

Na oportunidade, foi informado também aos Defensores as melhorias que serão realizadas na unidade II, acolhendo os pedidos dos Defensores, como a instalação de espelhos em todos os banheiros; pintura da área comum; ampliação de alguns gabinetes da área cível e de família; modernização dos elevadores; melhoria da identificação das portas dos gabinetes e andares; e a realização da licitação de projeto de aquisição e instalação de ar condicionado para unidade II.

Defensoria Pública realiza reunião com advogados da Samarco

No dia 27 de abril, os defensores públicos da Defensoria Especializada de Direitos Humanos da Capital, Cleide Aparecida Nepomuceno e Aylton Magalhães Rodrigues, além dos coordenadores Locais das comarcas de Governador Valadares e Ponte Nova, Calânico Sobrinho Rios e Fernanda Saraiva, respectivamente, bem como a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara e o assessor Institucional, João Paulo Tôrres Dias, reuniram-se com advogados da Samarco, para tratar do programa de indenização às vítimas da barragem de rejeitos em Mariana.

Os advogados da Samarco apresentaram aos defensores públicos uma proposta de estruturação e

planejamento iniciais, contendo o dimensionamento do impacto, o qual abrange 35 municípios e 184.755 famílias.

O cronograma apresentado irá abranger os municípios mineiros de Mariana, Barra Longa, Governador Valadares, Santa Cruz do Escalvado, Periquito, Galiléia, Aimorés, Belo Oriente, Resplendor, Alpercata, Conselheiro Pena, Tumiritinga e Itueta, além dos municípios capixabas de Colatina e Linhares.

Na próxima reunião, serão tratados os critérios a serem analisados, para fins de indenização às vítimas, no âmbito dos municípios acima elencados.



Encontro discutiu o programa de indenização às vítimas do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana



Defensoria Pública participa da entrega do Troféu Alferes Tiradentes

No dia 25.04.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na cerimônia de outorga do Troféu Alferes Tiradentes. A defensora pública, Silvana Lobo, em atuação na Defensoria de Auditoria Militar, foi uma das agraciadas. O subdefensor-geral estava acompanhado pelo cabo Claudinei, da assessoria Militar da DPMG.

O Troféu Alferes Tiradentes foi criado pelo Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, para perpetuar a memória dos feitos do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, integrante do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, tropa paga instituída em 9 de julho de 1775, berço histórico da Polícia Militar de Minas Gerais, e destina-se a galardoar militares e civis que, como cidadãos prestantes, tenham se destacado junto à comunidade.



Subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima (à direita), compõe a mesa de honra do evento, que aconteceu no Clube dos Oficiais da PMMG

Subdefensor-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; defensora pública, Silvana Lobo; e o presidente do Clube dos Oficiais da PMMG, cel. Edvaldo Piccinini Teixeira



COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

Vem aí o IV Concurso de Práticas Exitosas da DPMG: inscrições de 18/04 a 06/05

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Projetos e Convênios, lança o IV Concurso de Práticas Exitosas, aberto a todos os defensores públicos que atuam no Estado.

A iniciativa tem como objetivo dar cumprimento à meta estabelecida no Plano Geral de Atuação 2015/2016, com a finalidade de promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, incentivando práticas criativas realizadas pelos defensores, bem como possibilitar que tais projetos sejam replicados em todo o Estado de Minas Gerais, criando-se um banco de programas e ações a serem divulgadas ao público destinatário dos serviços da Instituição.

Conforme o regulamento do concurso, são consideradas práticas exitosas a realização de ações

atinentes à atribuição do defensor público como agente de transformação social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito, que sejam consideradas inovadoras e originais e apresentem consideráveis benefícios aos destinatários dos serviços da DPMG, com potencialização positiva e eficiente. Este ano, o concurso está dividido em duas categorias: “Trabalhos Jurídicos” e “Práticas Extrajudiciais”.

Inscrições – De 18 de abril a 06 de maio.

Cada defensor poderá concorrer com até três trabalhos. Serão consideradas vencedoras as três primeiras práticas escolhidas pela Comissão Julgadora.

>> [Clique aqui para ler o regulamento.](#)



Tutelas Provisórias e Saneamento do Processo





Prof. Fredie Souza Didier
 Data: 3 de maio de 2016
 Horário: 10 horas
 Local: Auditório da Cemig
 Avenida Barbacena, 1.200 - Santo Agostinho
 Belo Horizonte - MG

Inscrições abertas até o dia 29 de abril

VAGAS LIMITADAS!

CCAP INFORMA:

CMA/Crea Minas promoverá o curso “Comunicação Não-Violenta”

A Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CMA/Crea-MG) promoverá o curso “Comunicação Não-Violenta”, nos dias 18 e 19 de junho, em Belo Horizonte.

Mais informações e inscrições por meio do e-mail: cursocnv@gmail.com.

>> [Clique aqui para ver o folder do curso.](#)



Projeto "Sala de Espera"

Cultura de paz no dia a dia

Em mais uma edição do Projeto "Sala de Espera – Oficinas de Cidadania", nos dias 18 e 27 de abril de 2016, a defensora pública, Eliane Medeiros, em atuação na área de Família e também coordenadora do projeto, ministrou palestras com o tema "A Cultura da Paz".



Defensora pública, Eliane Medeiros, que está à frente do Projeto "Sala de Espera", conversa com os assistidos

Em suas exposições, a defensora destacou mudanças no Novo Código de Processo Civil, que privilegiam a conciliação e a mediação como instrumentos para a solução rápida e pacífica dos conflitos. Eliane Medeiros falou, ainda, sobre a importância da adoção de uma cultura de paz no dia a dia.



Violência doméstica contra as mulheres

Violência doméstica foi o tema do Projeto "Sala de Espera – Oficinas de Cidadania" do dia 19.04.2016. O assunto foi abordado pela defensora pública, Maria Cecília Pinto e Oliveira, que atua na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência.

Ao abrir a palestra, a defensora pública informou que uma, a cada cinco mulheres brasileiras, já sofreu violência doméstica e que, em 80% dos casos, a violência é praticada por parceiro ou ex-companheiro. "A mulher está mais sujeita à violência dentro de casa, ou nas relações afetivas, ao passo que o homem está mais sujeito à violência urbana".

Maria Cecília Oliveira ressaltou que a educação em direitos é o primeiro passo para combater a violência. "A mulher tem que ter conhecimento de seus direitos e o homem também tem que saber quais são os direitos da mulher", afirmou. O segundo passo é denunciar. A defensora citou o ditado antigo: "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher" e alertou os assistidos para não seguirem o ditado e denunciarem a violência contra a mulher. "Hoje, a lei prevê a violência contra a mulher como crime, uma violência aos direitos humanos, e o Estado intervém no sentido de prevenir e combatê-la", explicou.

A defensora pública explicou que a origem da violência contra a mulher é a cultura machista e que motivos como ciúmes, uso de bebidas e drogas são apenas desculpas. "Para se combater a cultura machista é necessário educar para criar a consciência de

que homens e mulheres, apesar das diferenças, têm direitos iguais".

Maria Cecília Oliveira falou sobre a Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, com o objetivo de empoderar a mulher vítima de violência, além de prevenir e coibir a violência. A defensora pública explicou que a Lei Maria da Penha vale para a mulher vítima de violência praticada por alguém com quem ela tenha um relacionamento afetivo e prevê diversos tipos de agressão, além da física, como as violências psicológica, sexual, patrimonial e moral.

continua na página 22 >>



Defensoras públicas, Maria Cecília Pinto e Oliveira, e Eliane Medeiros, que está à frente do Projeto



Continuação da página 21 | PROJETO SALA DE ESPERA
Violência doméstica contra as mulheres

Maria Cecília destacou sobre as medidas protetivas previstas pela lei, como: afastamento do lar pelo agressor, afastamento do lar pela própria mulher, mesmo que o imóvel seja de propriedade do agressor, proibição de contato, proibição de frequentar determinados locais, proibição de aproximação, encaminhamento da mulher para programa de proteção e abrigo, devolução de objetos pessoais da vítima, proibição de compra e venda de bens até a partilha e suspensão de eventual procuração cedida pela mulher ao homem agressor.

A defensora pública explicou que, para denunciar, não é necessária a presença de advogado ou defensor público, podendo a mulher dirigir-se à delegacia. Em 48 horas, o delegado irá encaminhar a

denúncia ao juiz que, em até dez dias, proferirá a medida. Na delegacia, a mulher será questionada se deseja fazer uma representação criminal contra o agressor, nos casos em que o crime for de ameaça. Mesmo sem a representação, ela terá direito às medidas protetivas. Para os crimes mais graves, como lesão e estupro, será iniciado o inquérito, independente da representação.

Maria Cecília Oliveira forneceu alguns endereços úteis, como da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência, que fica na Av. Amazonas, 558, Centro, e da Delegacia de Mulheres – Av. Augusto de Lima, 1942, Barro Preto. E alertou os assistidos presentes: “denunciem a violência contra a mulher. Lembrem-se: quem cala, consente”.

Palestra sobre educação infantil

No dia 26.04.2016, em mais uma edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”, a médica cardiologista e antroposófica, Danielli Ferraz, conversou com os assistidos sobre a “A arte de educar filhos”.

A médica iniciou a palestra explicando que, ao estudar a antroposofia, começou a descobrir que a educação é fonte de saúde ou de doença. Segundo Danielli Ferraz, “até os sete anos, a criança é uma esponja e absorve tudo o que for oferecido a ela”. A médica alertou para o fato de que os educadores – pais, mães, avôs, avós, tios, e todos os que cuidam da criança – têm que ser o filtro que esta precisa para se formar.

Danielli Ferraz falou sobre a importância de ser um bom exemplo, uma vez que até os sete anos, a criança aprende por imitação. “É necessário refletir: qual

exemplo estou oferecendo? O que eu, como adulto e educador, preciso fazer para ajudá-la?”.

Ao falar sobre autoridade dos pais e educadores, a médica aconselhou: “é necessário tomar de volta a autoridade, quando ela está perdida, ou ameaçada. Todo ponto é ponto de partida, comece por hoje”.

Sobre lazer, Danielli Ferraz ressaltou a necessidade de deixar a criança ser criança e alertou sobre os malefícios dos brinquedos eletrônicos, que têm que ser controlados e restringidos pelos pais e educadores. A médica explicou que, em estudos recentes, neurologistas verificaram que a televisão, o celular e o videogame possuem luz azul, o que estimula um núcleo do cérebro que ativa o vício, sendo muito difícil de desativar.

continua na página 23 >>

A médica cardiologista e antroposófica, Danielli Ferraz, acompanhada pela defensora pública, Eliane Medeiros, que está à frente do projeto



Con inuacão da página 22 | PROJETO SALA DE ESPERA
Palestra sobre educação infantil

“Antes, não viciávamos em televisão porque os horários de programas infantis eram reduzidos. Hoje, eles passam o dia todo. É preciso restringir o tempo de uso”.

A médica aconselhou os assistidos presentes a agirem com transparência e honestidade com as crianças e a olharem sempre para dentro de si mesmos, pois “os filhos estão sempre demandando dos pais autoeducação. O caminho é árduo, mas gratificante”, finalizou.



A coordenadora do Atendimento da Capital, Edén Mattar (à direita), apresentou o projeto e a palestrante aos assistidos

Projeto Escutatória realiza mais uma edição

O projeto Escutatória realizou mais um encontro no dia 14 de abril, no auditório da Defensoria Pública, na Capital, com a presença de doze assistidos. O projeto, de iniciativa da Coordenadoria de Capacitação, coordenado pela defensora pública Eliane Medeiros, em atuação na área de Família, com a participação da psicóloga Raquel Azevedo, nasceu da observação da necessidade de escuta demonstrada pelos assistidos, que procuram os serviços da Defensoria Pública.

No encontro, as conversas giraram em torno do vídeo “Vale a pena amar”, que destaca a importância do amor nas relações interpessoais, assim como na partilha de experiências em temas como guarda de

filhos, divórcio, preconceito e baixa autoestima, entre outros assuntos.

De acordo com a defensora pública, Eliane Medeiros, “o projeto torna a Defensoria Pública uma verdadeira casa da cidadania, na qual o ser humano é mais que um papel, mais que um problema jurídico. A Defensoria Pública não fala por ela nem pela lei, mas pelo necessitado, o assistido, tornando-se instrumento de inclusão democrática”.

A próxima edição do projeto Escutatória será no dia 11 de maio e as inscrições podem ser feitas na recepção das sedes I ou II da Defensoria, de 8h às 12h e de 14h às 18h, bastando nome completo e telefone de contato. As vagas são limitadas.



Projeto Escutatória realizou sua segunda edição com a participação de doze assistidos

Coordenadoria de Capacitação promove palestra sobre prevenção e combate a incêndios

O sargento Paulo Lima, do 1º Batalhão de Bombeiros Militar, ministrou palestra sobre prevenção e combate a incêndios para servidores da Defensoria Pública nesta quarta-feira, dia 27, às 10h, no auditório da sede da DPMG. A palestra é uma iniciativa da Coordenadoria de Capacitação.

Diferença entre fogo e incêndio, classes, formas de propagação e processo de extinção do incêndio, retirada de material, tipos de extintores e sua desti-

nação, foram alguns dos temas abordados durante a palestra, com ativa participação dos presentes.

Paulo Lima deu dicas sobre como se comportar diante de incêndios e quais providências tomar para apagar o fogo, inclusive em pessoas. Destacou os cuidados que se deve ter em casa, em relação a botijões de gás e outras fontes potenciais de incêndio. E ressaltou que prevenir incêndios é tão importante quanto saber apagá-los ou como agir corretamente no momento em que eles ocorrem.

Palestra contou com as presenças da coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira, e do assessor Institucional, João Paulo Tôrres Dias



Doação de livros para Projeto de Remissão Pela Leitura

Com o objetivo de contribuir para o projeto de remissão pela leitura na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria localizada em São Joaquim de Bicas, a Defensoria Pública está arrecadando livros para serem doados para o projeto.

As doações devem ser entregues, até o dia 06/05, na Assessoria de Comunicação da DPMG, no 9º andar da Unidade I, na Capital.

Livros disponíveis para empréstimo

A Coordenadoria de Capacitação (CCap) informa que deu início a aquisições de livros para oferecer suporte ao trabalho dos defensores públicos. Nesta primeira etapa, foram adquiridos 27 livros.

As publicações estão na CCap, à disposição para empréstimo, pelo período de cinco dias.

>> [Clique aqui para acessar os títulos disponíveis.](#)



Eventos

Defensoria Pública participa da inauguração do Cejus em Betim

O defensor público Luis Renato Braga, em atuação em Betim, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) da comarca de Betim, no dia 7 de abril, no salão do júri do fórum local.

Ao comentar a inauguração, Luis Renato Braga

ressaltou que “o TJMG acertadamente apostou no melhor caminho para a solução dos litígios, através do diálogo das partes e da composição das demandas. Os métodos de mediação e/ou conciliação proporcionam a pacificação das contendas com maior eficácia e celeridade, uma vez que a solução é alcançada pelas partes envolvidas”.



O defensor público, Luiz Renato Braga, os juízes, Dirceu Barone, Élito Batista, Carlos Márcio e a presidente da OAB Subseção Betim, Erlinda Silva

Defensor público ministra palestra em curso para voluntários da APAC em Teófilo Otoni

O defensor público Saulo Duette Prattes Gomes Pereira, em atuação em Teófilo Otoni, ministrou palestra sobre “Assistência Jurídica e Defensoria Pública”, dia 16.04.2016, durante o curso de formação de agentes voluntários da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) em Teófilo Otoni, na sede da instituição.

O curso visa a capacitar mão-de-obra voluntária para trabalho no interior da unidade, nas mais variadas áreas, ensinando os alunos especialmente sobre o método APAC, regras e regulamentos próprios.

O defensor público Saulo Duette Prattes Gomes Pereira durante palestra na APAC de Teófilo Otoni



Mutirões

Defensoria Pública em Ibirité realiza mutirão de alimentos

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em Ibirité realizou mutirão de alimentos entre os dias 11 e 15 de abril de 2016, quando foram atendidas 62 pessoas, com a realização de 22 acordos envolvendo alimentos e regulamentação de visitas. Outras oito ações serão propostas em decorrência da não realização de acordo de conciliação.

De acordo com a defensora pública Tifanie Avellar

Carvalho, em atuação na área de Família e Sucessões em Ibirité, desde o início das atividades da Defensoria Pública no município, em novembro do ano passado, a procura pelo atendimento, especialmente na área de Família, tornou-se crescente a cada dia. “Daí a iniciativa de realizar o mutirão, buscando o atendimento de um maior número de pessoas, contribuindo assim para a celeridade e resolutividade das demandas apresentadas”, ressaltou.

Análise de indultos em Conselheiro Lafaiete

A Defensoria Pública em Conselheiro Lafaiete realizou, no dia 16.04.2016, mutirão de análise de indultos e comutação de penas na Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete, com a participação de alunos do 8º período, que receberam informações da defensora pública, Isabela Salomão Silva, sobre o indulto e a análise do cabimento deste,

além da comutação de penas por meio da consulta ao atestado dos sentenciados.

Para a defensora pública, Isabela Salomão Silva, em atuação em Conselheiro Lafaiete, “os alunos corresponderam às expectativas com entusiasmo e novas parcerias estão previstas entre a Faculdade de Direito e a Defensoria Pública”.



Mutirão reuniu alunos do 8º período do curso de Direito e da Defensoria Pública de Conselheiro Lafaiete



Defensoria Pública garante registro duplo de maternidade em certidão de nascimento

No dia 08.04.2016, foi concedida medida liminar, a pedido da Defensoria Pública em Santa Luzia, determinando o registro duplo de maternidade de um casal de mulheres, que fizeram inseminação artificial, sendo os óvulos de uma, implantados no útero da outra.

O pedido foi ajuizado pela defensora pública Bruna Helena Neves Oliveira Roldan, em atuação na área de Família da comarca, e deferido pela 4ª Vara Cível de Santa Luzia.

Na liminar, foi determinado que o cartório de Registro Civil registrasse as duas mães e os quatro avós maternos na certidão de nascimento da criança. Tal decisão foi essencial para garantir, também, à mãe doadora do material genético, o direito à licença maternidade e inclusão da recém-nascida em seu plano de saúde empresarial.

De acordo com a defensora pública responsável pela ação, as mães procuraram a Defensoria Pública solicitando a cautelar, ainda, durante a gestação, como medida preventiva. “Segundo elas, haviam sido informadas que o cartório não realizava este tipo de registro. Como a doadora dos óvulos precisava deste

reconhecimento para incluir a criança como sua dependente e, também, para ter direito à licença maternidade, foi feito o pedido antes mesmo do nascimento”, explicou a defensora pública.

Bruna Roldan disse ainda que, no intervalo entre o pedido na Justiça e a concessão da liminar, foi publicado, pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), o provimento nº 52, que regulamenta a emissão de certidão de nascimento dos filhos, cujos pais, heteroafetivos ou homoafetivos, optaram pela reprodução por meio de técnicas assistidas, como a fertilização in vitro e a gestação por substituição, mais conhecida como “barriga de aluguel”. Na certidão dos filhos de homoafetivos, os nomes deverão constar sem distinção quanto à ascendência paterna ou materna.

“Apesar de a medida ser um avanço na questão, tem se mostrado, por ora, pouco conhecida e efetiva, pois impõe muitos, e por vezes complicados, requisitos, de difícil cumprimento em tempo célere”, ponderou a defensora pública.

>> Para conhecer o provimento nº 52/CNJ/2016, clique aqui.

DPMG na mídia

Reportagem traz balanço do atendimento da Defensoria Pública em Januária



O telejornal *Norte Notícias* veiculou reportagem com balanço dos quatro meses de atendimento da Unidade da Defensoria Pública em Januária. O coordenador Local, defensor público, Leonardo Monteiro do Amaral, concedeu entrevista ao telejornal.

>> Veja a reportagem.



DPMG na mídia

Defensores públicos compõem Conselho da Comunidade em Santos Dumont

No dia 12 de abril, foi realizada eleição da nova diretoria do Conselho da Comunidade, que irá atuar na comarca de Santos Dumont, durante o exercício 2016 a 2018.

O defensor público em atuação na comarca, Geraldo Magela Metri Pinto, é membro permanente do Conselho e a defensora pública, Luciana Mourão, suplente.

A eleição foi tema de matéria veiculada por jornal local.

>> Leia aqui reportagem.

Conselho

O Conselho da Comunidade, previsto no artigo 80 da Lei de Execução Penal (LEP), tem por função auxiliar o Conselho Penitenciário e o juiz da execução penal da comarca. Para isso, pode enviar relatórios mensais, visitar os estabelecimentos prisionais, entrevistar presos e até diligenciar na obtenção de recursos que melhorem a assistência aos condenados. Seus membros prestam serviços à sociedade sem remuneração.

Defensor público participa de debate sobre novo CPC no programa *Via Justiça*

O defensor público, Marcos Lourenço Capanema de Almeida, em atuação na área Cível da Capital, participa do programa *Via Justiça*, com o tema "A boa fé no novo CPC". O programa da semana começou a ser exibido a partir do dia 22.04.2016, nos respectivos horários:



Defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida (à esq.), durante a gravação do *Via Justiça*

TV Assembleia: Canal 11, em Belo Horizonte

Inédito: sexta-feira, às 23h

Reprises: domingo, às 19h; segunda-feira, às 8h30; terça-feira, às 12h20.

TV Comunitária: Canal 6 – Net; Canal 901 – Oi TV.

Inédito: sexta-feira, às 23h30
Reprises: domingo, às 15h e às 23h30; segunda-feira, às 8h e às 15h30; terça-feira, às 8h e às 15h30; quarta-feira, às 8h e às 13h; quinta-feira, às 10h30 e 23h30; sexta-feira, às 10h; sábado, às 13h e 22h.

TV Justiça: Canal 7 – Net; Canal 117 – Sky; Canal 901 – Oi TV; Canal 6 – Claro TV.

Inédito: sábado, às 15h30
Reprises: segunda-feira, às 10h30; sexta-feira, às 07h.

Convites





Medalha do Mérito DPMG 2016

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
COM DIGNIDADE E EFICÁCIA PARA TODOS

40 anos

Dia 12 de maio de 2016
9h30
Auditório da Unidade I
Rua Bernardo Guimarães, 2.640
Bairro Santo Agostinho, BH, MG

Convite

A Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, convida para a solenidade de entrega da **Medalha do Mérito da DPMG 2016**.

A *Medalha do Mérito da Defensoria Pública de Minas Gerais 2016*, conforme a Resolução n. 53/2016, integra as comemorações dos *40 anos da DPMG* e será entregue a personalidades que tenham contribuído, de maneira excepcional, para o engrandecimento da Instituição, ou atuado efetivamente na causa dos cidadãos vulneráveis.

Por indicação da Comissão da Medalha, ela é concedida nos seguintes graus:

GRANDE COLAR DO MÉRITO | MEDALHA DE HONRA | COMENDA DO MÉRITO

<p>TRAJE Civis: Passeio Militares: A2 ou correspondente</p>	<p>CONFIRMAR PRESENÇA Telefones: (031) 3526-0515 3526-0517 E-mail: cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br</p>
--	--

** Pedimos a chegada dos agraciados ao local do evento com antecedência mínima de uma hora do início da cerimônia.*

V Semana da Defensoria Pública 2016



PROGRAMAÇÃO

- 03/05 10h às 12h - Palestra Tutelas Provisórias e Saneamento do Processo - Prof. Fredie Didier
Auditório da Cemig | Avenida Barbacena, 1.200 - Santo Agostinho - BH-MG
- 07/05 8h30 às 12h - Dia da Cidadania em Ponte Nova
Praça de Palmeiras | Ponte Nova-MG
- 12/05 9h às 12h - Solenidade de Agradecimento Medalha do Mérito da Defensoria Pública
Unidade I | Auditório | 3º andar
- 16/05 20h - Homenagem da ALMG aos 40 anos da Defensoria Pública
ALMG | Rua Rodrigues Caldas, 30 - Santo Agostinho - BH-MG
- 17/05 8h às 9h - Benção e Café com Assistentes
Unidade I | Sala de espera II | 1º andar
- 9h30 - Inauguração Linha do Tempo da Defensoria Pública de MG
Unidade I | Sala de espera | 1º andar
- 18/05 9h às 13h - Atendimento Itinerante na Comarca de Jaboticatubas
Cidade de Jaboticatubas-MG
- 19/05 8h30 - Homenagem ao Assistido: Orquestra Jovem do TJMG e Atendimento Itinerante, em parceria com a
Associação dos Defensores Públicos (ADEP-MG)
Região Hospitalar | Belo Horizonte-MG
- 20/05 9h às 12h - IV Concurso de Práticas Exitosas
Unidade I | Auditório | 3º andar
- 22/05 8h às 13h - Atendimento à população em situação de rua - Ação Cívica Social da Polícia Militar de
Minas Gerais - ACISO/2016
Praça Rio Branco | Praça da Rodoviária | Belo Horizonte-MG
- 24/05 8h30 - Programação Sala de Espera - Oficinas de Cidadania
Palestra: A Lei e a Política de Drogas no Brasil - Diferenças entre usuários e traficantes para fins penais
Defensor Público Rômulo Luís Veloso de Carvalho
Unidade I | Salas de espera | 1º andar
- 31/05 8h30 - Programação Sala de Espera - Oficinas de Cidadania
Palestra: Construções Irregulares e Obtenção de Habite-se Defensora Pública Marina Buck Carvalho Sampaio
Unidade I | Salas de espera | 1º andar

Defensoria Pública de Minas Gerais

40 anos promovendo igualdade e cidadania

Rua Bernardo Guimarães, 2.640, Santo Agostinho, BH-MG

www.defensoria.mg.def.br

Realização:



Apoio:



BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional
Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Unidade I BH – Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho
www.defensoria.mg.gov.br